

TRAVESSIAS INTERCULTURAIS E INTERNACIONALIZAÇÃO: um relato de experiência do doutorado sanduíche na Argentina

INTERCULTURAL CROSSINGS AND INTERNATIONALIZATION: an experience report of the sandwich doctorate in Argentina

Fabiana Araújo Nogueira¹ - UFRN 
Alda Maria Duarte Araújo Castro² - UFRN 

RESUMO

A internacionalização da educação superior tem assumido centralidade nas políticas educacionais contemporâneas, sendo atravessada por disputas, assimetrias e diferentes projetos de universidade. Este artigo analisa a internacionalização da educação superior no Brasil e na Argentina a partir de um relato de experiência do doutorado sanduíche realizado na Universidade Nacional de La Plata, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento (CAPES). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e analítica, fundamentada em revisão bibliográfica e na vivência direta da mobilidade acadêmica internacional. A experiência possibilitou refletir criticamente sobre os sentidos, potencialidades e limites das políticas de internacionalização orientadas pela equidade, interculturalidade e cooperação sul-sul, evidenciando a importância do Programa Abdias Nascimento para a formação acadêmica, pessoal e intercultural de estudantes historicamente subalternizados.

PALAVRAS-CHAVE: Internacionalização da educação superior; Mobilidade acadêmica; Interculturalidade.

ABSTRACT

The internationalization of higher education has become central to contemporary educational policies, shaped by disputes, asymmetries, and competing university projects. This article analyzes the internationalization of higher education in Brazil and Argentina through an experience report of a sandwich doctorate carried out at the National University of La Plata, within the scope of the CAPES Abdias Nascimento Academic Development Program. This is a qualitative study with a descriptive and analytical approach, based on a literature review and on the direct experience of international academic mobility. The experience enabled a critical reflection on the meanings, potentialities, and limits of internationalization policies guided by equity, interculturality, and South-South cooperation, highlighting the importance of the Abdias Nascimento Program for the academic, personal, and intercultural development of historically marginalized students.

KEYWORDS: Internationalization of higher education; Academic mobility; Interculturality.

¹Pedagoga pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestre e Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN. Realizou Doutorado Sanduíche na Universidad Nacional de La Plata. E-mail: fabiaaraujo25@gmail.com

²Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Pós-Doutorado pela Universidade de Coimbra. Professora aposentada da UFRN e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UFRN).

É Bolsista de Produtividade em Pesquisa nível C do CNPq. E-mail: aldacastro01@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A internacionalização da educação superior consolidou-se, nas últimas décadas, como uma das expressões mais visíveis das transformações que atravessam o mundo contemporâneo, marcado pela intensificação dos processos de globalização. Para além da circulação de bens e capitais, tais transformações têm incidido diretamente sobre o campo educacional, redefinindo os sentidos da formação, da pesquisa e da produção do conhecimento. Nesse contexto, a cooperação acadêmica internacional passou a ser mobilizada por políticas institucionais e governamentais como estratégia de qualificação da pós-graduação, ampliação da circulação científica e inserção das universidades em circuitos internacionais de prestígio.

Entretanto, a internacionalização não se configura como um processo neutro ou homogêneo. Ao contrário, ela se realiza de maneira desigual, atravessada por assimetrias históricas, econômicas, políticas e epistemológicas que marcam as relações entre países, instituições e sujeitos. No caso brasileiro, tais desigualdades se expressam tanto na seletividade das políticas de internacionalização quanto nas condições concretas de acesso à mobilidade acadêmica, especialmente para grupos historicamente subalternizados no interior da universidade.

É nesse cenário que se insere o Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento, instituído no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com a finalidade de promover a formação e a capacitação de estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, por meio da mobilidade acadêmica nacional e internacional. Conforme disposto no Edital n.º 16/2023/CAPES e na Portaria MEC n.º 1.191/2023, o Programa busca enfrentar desigualdades estruturais na Pós-graduação brasileira, articulando políticas de inclusão, cooperação acadêmica e qualificação da formação em instituições de excelência no Brasil e no exterior.

Este trabalho objetiva analisar a internacionalização da educação superior no Brasil e na Argentina, a partir de um relato de experiência do doutorado sanduíche realizado na Argentina. A experiência analisada neste artigo decorre da participação de uma doutoranda em Educação em mobilidade acadêmica internacional na Universidade Nacional de La Plata, na Argentina, no âmbito do Projeto CAPES/Abdias Nascimento intitulado *“Desigualdades e travessias interculturais: ações integradas de ensino e pesquisa para qualificar a formação na pós-graduação em Educação”*. O referido projeto estrutura-se a partir de uma rede de cooperação acadêmica entre a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a Universidade do Estado do Pará e a Universidade Federal do Tocantins, com vistas ao fortalecimento dos programas de pós-graduação envolvidos, à consolidação de suas linhas de pesquisa e à redução das assimetrias regionais, por meio da promoção da mobilidade inter-regional e internacional.

Com foco nas temáticas da interculturalidade e das desigualdades em suas múltiplas expressões, étnico-racial, de gênero, de capacidade, entre outras, o projeto contempla ações integradas de ensino, pesquisa e extensão, incluindo missões de estudo, doutorado sanduíche, participação em atividades acadêmicas nos programas parceiros, produção científica conjunta e inserção dos discentes na vida acadêmica das instituições de destino. A mobilidade internacional realizada na Universidade Nacional de La Plata constituiu, nesse sentido, uma travessia formativa e intercultural que possibilitou a vivência concreta de práticas acadêmicas, institucionais e

epistemológicas distintas, bem como a problematização das condições materiais e simbólicas que estruturam a internacionalização da pós-graduação na América Latina.

Assim, este artigo configura-se como um relato de experiência analítico-crítico, que toma a vivência do doutorado sanduíche na Argentina como mediação empírica para refletir sobre os sentidos, potencialidades e limites das políticas de mobilidade acadêmica orientadas pela perspectiva da equidade e da interculturalidade. Ao situar essa experiência no interior das disputas contemporâneas em torno da internacionalização da educação superior, busca-se contribuir para o debate sobre modelos alternativos de cooperação acadêmica, comprometidos com a redução das desigualdades e com a democratização do acesso à produção do conhecimento.

PERCURSOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza descritiva e analítica, ancorada em revisão bibliográfica e análise documental. O estudo mobiliza produções teóricas de autores brasileiros e argentinos que se dedicam à discussão da internacionalização da educação superior, com destaque para Morosini (2020) e Perrotta (2016), além de documentos institucionais e normativos relacionados às políticas e programas de internacionalização vigentes no Brasil e na Argentina.

A investigação é complementada por um relato de experiência decorrente da vivência acadêmica no contexto do doutorado sanduíche realizado na Universidad Nacional de La Plata (UNLP), no âmbito do Programa Abdias Nascimento. Essa dimensão empírica inclui observações sistemáticas em espaços acadêmicos, participação em seminários, atividades de pesquisa e diálogos informais com docentes e estudantes de pós-graduação. A articulação entre a análise teórica e a experiência vivida permite apreender, de forma crítica, as múltiplas dimensões da internacionalização, evidenciando suas implicações formativas, institucionais e políticas no contexto latino-americano.

A opção pela abordagem qualitativa justifica-se pela natureza do objeto investigado, uma vez que os processos de internacionalização da educação superior e as experiências de mobilidade acadêmica não podem ser plenamente compreendidos por meio de indicadores quantitativos isolados. Conforme destacam Minayo (2014) e Bogdan e Biklen (1994), a pesquisa qualitativa permite apreender sentidos, significados, percepções e práticas sociais, considerando os contextos históricos, culturais e institucionais nos quais os sujeitos estão inseridos. No campo educacional, essa abordagem mostra-se especialmente fecunda para analisar políticas públicas e experiências formativas, na medida em que possibilita captar as contradições, tensões e disputas que atravessam tais processos.

O uso do relato de experiência como estratégia metodológica insere-se nessa perspectiva, compreendendo a experiência vivida como fonte legítima de conhecimento científico. Segundo Larrosa (2002), a experiência constitui um processo formativo que produz sentidos e aprendizagens singulares, sendo fundamental para a reflexão crítica sobre a prática. No âmbito da pesquisa em educação, o relato de experiência não se reduz a uma narrativa descritiva, mas assume caráter analítico e interpretativo, articulando a vivência empírica com referenciais teóricos capazes de problematizá-la. Dessa forma, a experiência do doutorado sanduíche é tomada como mediação empírica para compreender os sentidos concretos da internacionalização, para além de seus enunciados normativos.

Além disso, ao situar o relato de experiência no interior de políticas públicas de mobilidade acadêmica voltadas à equidade, como o Programa Abdias Nascimento, a pesquisa

contribui para ampliar o debate sobre metodologias sensíveis às desigualdades e às trajetórias de sujeitos historicamente subalternizados na pós-graduação. Conforme apontam Abba e Corsetti (2016) e Santos (2004), a valorização das experiências concretas dos estudantes permite tensionar perspectivas hegemônicas de produção do conhecimento e reafirmar a centralidade da universidade pública como espaço de formação crítica, intercultural e socialmente comprometida.

INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: conceitos e disputas

A internacionalização da educação superior tornou-se uma das principais estratégias das instituições universitárias nas últimas décadas, especialmente a partir da consolidação da globalização neoliberal. Compreendida por muitos gestores e organismos internacionais como sinônimo de excelência acadêmica, a internacionalização vem sendo incorporada às políticas universitárias com diferentes sentidos e intensidades. Segundo Morosini (2020), trata-se de um processo multifacetado que envolve desde a mobilidade acadêmica até a cooperação científica, passando pela padronização curricular e pela adoção de línguas estrangeiras nos Programas de Pós-graduação.

Nesse contexto, a mobilidade acadêmica, entendida como o deslocamento de estudantes, professores e pesquisadores entre países e instituições, consolidou-se como uma das principais práticas associadas à internacionalização. Atravessada por interesses diversos, a mobilidade é frequentemente apresentada como oportunidade de enriquecimento cultural e científico, sendo também valorizada como diferencial na formação de sujeitos “globais”, autônomos e competitivos. Entretanto, o acesso a essas oportunidades permanece profundamente desigual, refletindo as assimetrias históricas entre regiões geopolíticas, instituições de ensino e áreas do conhecimento.

No Sul Global, e particularmente na América Latina, a internacionalização tem se dado sob fortes condicionantes econômicos e estruturais. Limitações orçamentárias, desigualdades de infraestrutura, dependência de centros hegemônicos de produção de saber e barreiras linguísticas são apenas alguns dos desafios enfrentados por instituições que buscam ampliar sua presença internacional. Além disso, as estratégias adotadas muitas vezes privilegiam modelos importados, reforçando lógicas meritocráticas e produtivistas em detrimento de uma perspectiva crítica e solidária de cooperação internacional.

Ao mesmo tempo, é importante destacar que a internacionalização não é um processo neutro ou universalmente benéfico. Ela carrega implicações políticas, epistemológicas e pedagógicas que precisam ser interrogadas à luz das realidades locais. Quem internacionaliza? Em que condições? A serviço de quais interesses? Essas perguntas são fundamentais para compreender os limites e possibilidades da internacionalização da educação superior em contextos periféricos. Assim, ao abordar a mobilidade acadêmica como expressão das dinâmicas globais que afetam a universidade contemporânea, este capítulo propõe uma reflexão crítica sobre os sentidos e as contradições desses processos, buscando contribuir com o debate sobre o papel da universidade na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

As transformações ocorridas no cenário mundial nas últimas décadas colocaram a educação superior na agenda política. Entendida como locus da produção do conhecimento, a sua expansão e internacionalização foram vistas como estratégias fundamentais para a inserção dos países no mundo globalizado. Nesse contexto, a internacionalização foi identificada como uma tendência, capaz de possibilitar a troca de conhecimentos e de experiências entre as instituições de nível superior.

Segundo Marrara (2007), essa tendência se materializa, principalmente, por meio de medidas como os acordos de cooperação, a mobilidade estudantil e a cooperação internacional. Tais serviços são, em maior escala, ofertados por países desenvolvidos, que conseguem atrair pesquisadores, estudantes, técnicos e professores, garantindo assim maior retorno financeiro e acadêmico, enquanto os países periféricos que possuem menor poder de atração, pois não possuem uma infraestrutura adequada para acolhimento de estudantes e nem universidades que se destacam em rankings internacionais com pesquisa de ponta, realizam a internacionalização, na maioria das vezes, enviando estudantes e profissionais para o exterior.

As exigências de uma educação superior internacionalizada passaram a ser uma das estratégias mais importantes nos últimos tempos, como forma de buscar a qualidade desse nível de ensino, tendo em vista que a produção do conhecimento vem assumindo nos últimos tempos grande importância na sociedade capitalista, como vetor de inserção dos países na economia global. A educação foi colocada como central nas agendas políticas. A Pós-graduação tornou-se peça-chave nas estratégias políticas dos governantes, tendo em vista que esse nível é considerado locus de produção do conhecimento.

Nesse contexto, exige-se, também, uma educação globalizada, na qual a internacionalização da educação superior torna-se mais recorrente. A internacionalização da educação superior não é fenômeno novo. Assim como aponta Stallivieri (2004, p. 15),

“o caráter internacional das universidades está presente desde a Idade Média com a criação das primeiras escolas europeias, com as escolas chamadas de Universitas, que reuniam professores e estudantes de regiões e países em busca de conhecimento”. Entende-se que desde a criação das primeiras universidades já havia mobilidade entre os estrangeiros.

Para Peixoto (2010, p. 32), a internacionalização é definida como “[...] o processo de integrar a dimensão internacional às funções de docência, pesquisa e serviço que as instituições de ensino superior desempenham”. Esse conceito compreende a internacionalização articulada às funções e atividades desempenhadas pelas instituições. Por sua vez, Knight (2008) define a internacionalização como um “[...] processo de integrar uma dimensão internacional, intercultural ou dimensão global, nos objetivos e nas funções do ensino superior” (Knight, 2008, p. 21, tradução nossa). Esta concepção compreende dimensões interligadas aos objetivos e às funções do ensino superior.

Atualmente, o conceito de internacionalização é visto sob nova perspectiva, adquire novos contornos e está diretamente ligada ao conceito de globalização. Com o novo cenário de desenvolvimento mundial, principalmente o que se configura a partir da década de 1990, e com os avanços de novas tecnologias para todos os campos da sociedade, inclusive para a educação, vemos novas demandas para a educação superior, que passa a ser tida como a responsável pela formação de indivíduos para a atuação nessa nova conjuntura, já que as modificações que ocorrem no campo educacional estão interligadas as mudanças do setor de produção.

Morosini e Fernandes (2011) destacam que, nesse contexto, cada vez mais a educação superior ganha espaço e torna-se uma exigência estratégica entendê-la em seus movimentos e mudanças, pela força que demonstra trazer imbricada para lidar com os problemas circundantes. As mudanças que ocorrem na sociedade propiciam novos desafios e mudanças para educação superior, haja vista que essas mudanças tornem a produção de conhecimento cada vez mais ágil

e flexível. “As modernas e sofisticadas tecnologias não substituem a força de trabalho, mas dependem de uma mão de obra cada vez mais qualificada e bem treinada” (Castro, 2005, p. 471).

Diante do contexto global e da nova conjuntura da sociedade, a internacionalização da educação superior apresenta-se como uma categoria atual, em um mundo com intenso processo de interdependência, impulsionado pelo processo de globalização. A internacionalização passa a ser vista como uma forma de inclusão da dimensão internacional da educação e da pesquisa, e é abarcada a partir de diferentes aspectos, assim como também é definida por diferentes terminologias, ou seja, se apresenta com uma diversidade de termos. Castro e Cabral Neto (2012, p.71, 72) apresentam termos como: [...] dimensão internacional, educação internacional, internacionalização da educação superior.

Além da terminologia já referida, ainda é possível encontrar na literatura pertinente formas como: educação internacional, cooperação internacional, educação transnacional, educação através das fronteiras, educação sem fronteiras. Já Azevedo (2015), destaca que a internacionalização está relacionada à solidariedade e à interculturalidade; já a transnacionalização está associada à mercantilização. Para Azevedo (2015a, p. 87), “A transnacionalização da educação seria a oferta transfronteiriça de ensino, presencial ou a distância, por intermédio de organizações transnacionais de serviços educacionais com finalidade de lucro”. O mesmo autor chama a atenção para o fato de existirem Instituições de Ensino Superior Privadas que têm ações cotadas em Bolsas, “[...] tendo participação de sociedades, associações e fundos de capitais de origem estrangeira”, o que também caracteriza uma modalidade de transnacionalização. Santos (2004, p. 27) vê na transnacionalização a forma por meio da qual se materializa a mercadorização do ensino superior, havendo, para tal, a necessidade de se alterar o paradigma institucional da universidade e trocá-lo por um paradigma empresarial. Esse autor destaca que há um grande interesse em investir nessa área, considerada um “[...] dos mais vibrantes mercados do século XXI”.

Ainda no que se refere a transnacionalização, Maués e Guimarães (2019) afirmam que a educação superior por essa via é vista como forma de promover o desenvolvimento econômico de um país. Para além de ampliar o número de pessoas com acesso a esse nível, a transnacionalização é capaz de reforçar as capacidades dos recursos humanos de um país, tornando-os mais produtivos e rentáveis. Outro conceito compreendido no âmbito da internacionalização pela via da solidariedade é o de “estabelecer uma amplitude nas dimensões intelectual, cultural, social, científica e tecnológica para a formação de cidadãos preparados para enfrentar os desafios do novo milênio” (Stallivieri, 2004, p. 38), além de ampliar acordos interinstitucionais.

Na “sociedade do conhecimento” exige-se uma educação de caráter global, sendo, para isso, necessária a troca de conhecimentos e experiências entre as instituições de educação superior por meio de medidas como os acordos de cooperação, mobilidade estudantil e cooperação internacional. Em um mundo globalizado, vivenciar e estudar em diferentes realidades pode ajudar a ampliar horizontes e dar um salto na carreira. A mobilidade estudantil internacional pode ser uma oportunidade de estudar em instituições de educação superior de outros países a partir de convênios com as universidades, caracterizando-se como um fenômeno impulsionado pelos processos de globalização da atualidade.

Outro fator a destacar é que a internacionalização não acontece da mesma forma para todos os países e nem mesmo para todas as instituições de ensino superior. Lima e Maranhão (2009) classificam o fenômeno da internacionalização da educação de duas formas: internacionalização ativa e passiva. No primeiro caso se situariam os países que mantêm políticas de Estado voltadas para atração e acolhimento acadêmicos, tanto no oferecimento de serviços

educacionais no exterior quanto ao exportarem programas e instalarem campi em outros países o segundo caso, a internacionalização passiva, ocorre aos países que não têm uma política criteriosa para envio dos estudantes para o exterior e possuem pouca capacidade instalada (recursos materiais e humanos) para o acolhimento e a oferta de serviços educacionais.

Dessa forma, os países periféricos se inserem de modo passivo no contexto de internacionalização. Uma das principais atividades que tem se observado nas universidades em relação à internacionalização da educação superior é o intercâmbio ou a mobilidade estudantil que “é aquela na qual o aluno matriculado em uma universidade permanece por alguns meses em uma instituição parceira de ensino superior, tendo os créditos cursados transferidos para a sua instituição de origem” (Ramos, 2009, p. 29). O processo acontece através de um prévio contrato de estudos certificado pela instituição parceira após a realização do programa. Esta é uma das ramificações da internacionalização que mais salta aos olhos quanto às políticas voltadas para seu desenvolvimento e tem sido objeto de investigação de vários autores que discutem a temática.

Stallivieri (2004) aponta que, no campo educacional, a internacionalização ainda é um processo complexo, inserido em um amplo contexto de políticas públicas, e, portanto, sem uma clara definição de seus objetivos. No atual contexto de globalização, a internacionalização da educação emerge a partir do entendimento de que a educação é um serviço e deve ser vista como uma mercadoria, regulada pelo mercado. Isto leva a educação a perder a sua dimensão de direito humano universal e de responsabilidade do Estado.

As autoras Chaves e Castro (2016) também apontam que é perceptível que, no Brasil, esse processo não ocorre de forma homogênea, considerando que a grande quantidade de estudantes estrangeiros no mundo está concentrada nas poucas regiões mais desenvolvidas, onde estão as universidades mais consolidadas e tecnologias de ponta. Reitera-se que, em âmbito mundial, as regiões no qual o Brasil está incluso se inserem nesse processo de forma periférica, muito mais enviando estudantes do que recebendo, e, assim, patrocinando divisas para as regiões mais desenvolvidas, demonstrando que a captação de estudantes decorre, também, da pujança acadêmica e do poderio econômico dos países. Esta noção reforça a lógica da educação como serviço.

A internacionalização da educação superior é um fenômeno complexo e multifacetado, que se intensificou nas últimas décadas em decorrência da globalização e das transformações nas dinâmicas da produção de conhecimento. No contexto latino-americano, e especialmente brasileiro, essa internacionalização tem sido marcada por tensões entre a inserção subordinada nas redes globais e a busca por alternativas epistemológicas mais inclusivas e solidárias.

Segundo Morosini (2017), a internacionalização da educação superior deve ser compreendida como um processo capaz de integrar uma dimensão internacional e intercultural às práticas acadêmicas, por meio de redes colaborativas com blocos socioeconômicos diversos. Trata-se, portanto, de uma prática que não se resume à mobilidade física de estudantes e professores, mas envolve também a internacionalização do currículo, da pesquisa, da extensão e das práticas de gestão universitária (Hudzik, 2011; Leask, 2012).

Entretanto, esse processo não ocorre de forma homogênea. Há diferenças substanciais entre os modelos adotados pelas instituições situadas no Norte Global e aquelas do Sul Global. Enquanto as primeiras operam sob condições geoconômicas mais favoráveis e adotam um modelo anglocêntrico de internacionalização, as instituições latino-americanas enfrentam desafios como o subfinanciamento crônico, a assimetria tecnológica e o domínio de epistemologias eurocentradas (Abba; Corsetti, 2016; Aupetit, 2014).

Nesse sentido, autores como Leal e Moraes (2018) propõem a adoção de uma perspectiva decolonial na internacionalização da educação superior, que questione os padrões hegemônicos de produção e circulação do conhecimento. A internacionalização, sob essa ótica, não deve apenas replicar as lógicas do Norte Global, mas abrir espaço para a valorização das experiências, saberes e realidades locais.

A Declaração da CRES 2018, elaborada na Conferência Regional de Educação Superior para a América Latina e o Caribe, reforça essa visão ao propor uma cooperação acadêmica baseada na solidariedade entre iguais e no conhecimento como bem público e direito humano. Defende-se, nesse contexto, uma internacionalização orientada para a justiça cognitiva e o desenvolvimento sustentável da região (IESALC, 2018).

Assim, a internacionalização da educação superior no Brasil deve ser pensada não apenas como estratégia de competitividade global, mas como instrumento de democratização do conhecimento, fortalecimento das instituições públicas e superação das desigualdades históricas que atravessam o campo científico nacional (Morosini et al., 2024).

E, portanto, deveria se configurar como um processo de integração internacional, voltado necessariamente para a formação profissional, intercultural ou global. O objetivo e as funções deveriam ser de oferecimento da educação superior de qualidade e de produção do conhecimento, incentivando o trabalho de pesquisa e investigação científica. O fim deveria ser o de estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico, tecnológico e do pensamento reflexivo, visando desenvolver o entendimento do homem e do contexto em que vive e não de forma mercadorizada, com vista somente para formação para atender as demandas do mercado.

INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A EXPERIÊNCIA DA MOBILIDADE ACADÊMICA

No Brasil, a internacionalização da educação superior tem se expressado, nas últimas décadas, por meio de programas institucionais voltados à ampliação da inserção internacional das universidades, com destaque para o Programa Institucional de Internacionalização da CAPES (CAPES Print), criado em 2017. Segundo Morosini (2020), esse programa reflete um modelo de internacionalização centrado na competitividade, na excelência acadêmica mensurada por indicadores internacionais e na busca por visibilidade em rankings globais. Nessa perspectiva, a internacionalização passa a ser orientada por uma lógica de mercado, associada ao produtivismo acadêmico e à formação de capital humano, subordinando a produção do conhecimento às exigências do capital global.

A adoção de políticas públicas voltadas à internacionalização *stricto sensu* ganhou centralidade nas agendas institucionais e governamentais brasileiras, sendo impulsionada por iniciativas como o Programa Ciência sem Fronteiras e, posteriormente, pelo CAPES Print. Instituído por meio do Edital nº 41/2017 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o programa teve como objetivo fomentar planos estratégicos institucionais voltados à mobilidade acadêmica, à cooperação internacional e à consolidação de redes de pesquisa. O CAPES Print representou, assim, uma resposta governamental à crescente demanda por inserção internacional das universidades brasileiras, promovendo o trânsito de docentes e discentes e o fortalecimento de parcerias acadêmicas internacionais.

Entretanto, a implementação do programa tem sido objeto de críticas, especialmente no que se refere à sua abrangência restrita, aos critérios seletivos de participação institucional e ao alcance limitado na redução das desigualdades regionais e epistemológicas no Sistema Nacional

de Pós-Graduação. Conforme analisam Ramos e Tavares (2022), o CAPES Print se desenvolve em um contexto marcado por políticas de austeridade fiscal e por cortes estruturais no financiamento da educação superior, o que tende a aprofundar assimetrias históricas entre instituições, áreas do conhecimento e regiões do país, privilegiando programas já consolidados e reproduzindo desigualdades no acesso à internacionalização.

É nesse cenário que emergem programas de mobilidade acadêmica com orientação distinta, como o Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento, que introduz outros sentidos para a internacionalização da Pós-graduação brasileira. Diferentemente do modelo competitivo e meritocrático que estrutura iniciativas como o CAPES Print, o Abdias Nascimento fundamenta-se em uma perspectiva de equidade, inclusão e justiça social, destinando-se à formação e capacitação de estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. Trata-se de uma política pública que reconhece que o acesso à mobilidade acadêmica internacional não se dá em condições iguais e que as desigualdades estruturais atravessam as trajetórias formativas no interior da universidade.

A experiência de mobilidade acadêmica internacional analisada neste artigo foi realizada no âmbito do Programa Abdias Nascimento, na Universidade Nacional de La Plata, na Argentina, como parte do projeto *“Desigualdades e travessias interculturais: ações integradas de ensino e pesquisa para qualificar a formação na pós-graduação em Educação”*. A vivência configurou-se como uma experiência formativa profunda, que ultrapassa a dimensão instrumental da mobilidade e se inscreve como elemento constitutivo da formação acadêmica, intelectual e pessoal dos participantes.

Do ponto de vista acadêmico, a mobilidade proporcionou a inserção em outro contexto universitário, possibilitando o contato direto com distintas tradições teóricas, práticas pedagógicas, formas de organização institucional e modos de produção do conhecimento. A participação em disciplinas, seminários e eventos científicos permitiu ampliar o repertório teórico-metodológico, fortalecer a capacidade de análise comparada e aprofundar a compreensão crítica das políticas educacionais e dos processos de internacionalização da educação superior na América Latina. Além disso, a experiência contribuiu significativamente para o aperfeiçoamento em língua estrangeira, elemento central para a circulação acadêmica internacional e para o acesso a debates e produções científicas não hegemônicas no contexto brasileiro.

Para além das contribuições estritamente acadêmicas, a mobilidade internacional constituiu-se como uma travessia intercultural marcada por intensos processos de aprendizagem pessoal. A vivência em outro país implicou o enfrentamento de desafios relacionados à adaptação cultural, às diferenças linguísticas, às formas de sociabilidade acadêmica e às condições materiais de permanência. Esses aspectos, frequentemente invisibilizados nos discursos oficiais sobre internacionalização, são constitutivos da experiência de mobilidade e impactam diretamente a formação dos sujeitos, exigindo resiliência, autonomia e sensibilidade para lidar com a alteridade.

Nesse sentido, o Programa Abdias Nascimento assume papel estratégico ao possibilitar que sujeitos historicamente sub-representados acessem espaços internacionais de produção do conhecimento. Ao articular mobilidade acadêmica, inclusão social e cooperação internacional, o programa contribui para tensionar o caráter socialmente homogêneo da internacionalização da pós-graduação brasileira, historicamente restrita a determinados segmentos sociais. Trata-se de uma política que amplia horizontes formativos, fortalece trajetórias acadêmicas e produz impactos significativos tanto no plano pessoal quanto no plano científico dos participantes.

A experiência vivenciada na Universidade Nacional de La Plata também evidenciou a importância da cooperação acadêmica entre Brasil e Argentina, reforçando vínculos institucionais

e redes de pesquisa no campo da Educação. A convivência com docentes e pós-graduandos argentinos permitiu identificar problemáticas comuns aos países latino-americanos, como o financiamento da universidade pública, a defesa da autonomia universitária e os efeitos das políticas neoliberais sobre a educação superior, ao mesmo tempo em que evidenciou diferentes formas de enfrentamento desses desafios.

A experiência de estudar em outro país possibilita o contato direto com diferentes culturas acadêmicas, formas de organização institucional, tradições intelectuais e modos de produção do conhecimento. Knight (2008) destaca que a vivência internacional favorece o desenvolvimento de competências interculturais, tais como a capacidade de dialogar com a diferença, de problematizar referenciais naturalizados e de ampliar horizontes interpretativos. A internacionalização, quando orientada por princípios de cooperação e reciprocidade, pode contribuir para uma formação crítica e reflexiva, ampliando a compreensão dos estudantes sobre o papel social da universidade.

Autores como Lima e Maranhão (2009) e Hudzik (2011) ressaltam que a mobilidade acadêmica, ao promover interações interculturais, potencializa processos de aprendizagem que não se restringem ao currículo formal. A experiência cotidiana em outro contexto nacional envolve o aprendizado de uma nova língua, a adaptação a distintos códigos culturais e acadêmicos, bem como a construção de redes de sociabilidade e colaboração científica. Tais elementos incidem diretamente sobre a autonomia intelectual dos estudantes e sobre a ressignificação de suas identidades acadêmicas.

No contexto latino-americano, a mobilidade internacional assume relevância particular, sobretudo quando articulada a projetos de integração regional e cooperação sul-sul. Perrotta (2015; 2016) argumenta que experiências de intercâmbio entre países da região podem fortalecer perspectivas contra-hegemônicas de internacionalização, valorizando saberes locais e promovendo relações mais horizontais entre as instituições. Nessa direção, programas de mobilidade que priorizam a equidade e a interculturalidade contribuem para tensionar modelos competitivos e mercantilizados, historicamente associados à internacionalização nos países do Norte Global.

Além disso, a vivência internacional pode desempenhar papel fundamental na formação de estudantes historicamente subalternizados no interior da universidade. Conforme destacam Abba e Corsetti (2016), iniciativas que ampliam o acesso à mobilidade acadêmica para grupos sociais excluídos produzem impactos significativos na democratização do conhecimento e na redução das desigualdades educacionais. A experiência internacional, nesse caso, opera como mecanismo de ampliação de repertórios culturais, fortalecimento da autoestima acadêmica e afirmação de trajetórias intelectuais marcadas pela diversidade.

Diante disso, na Argentina, conforme analisa Perrotta (2015; 2016), a internacionalização da educação superior assume contornos distintos daqueles observados no Brasil. O modelo argentino caracteriza-se por uma ênfase na integração regional e na cooperação acadêmica solidária, especialmente no âmbito do MERCOSUL, preservando princípios históricos como a gratuidade do ensino superior e a autonomia universitária. Programas acadêmicos argentinos como o PILA (Programa de Intercâmbio Acadêmico Latino-Americano) expressam essa concepção contra-hegemônica de internacionalização, voltada ao fortalecimento das relações Sul-Sul e à valorização da produção científica regional, em consonância com os ideais da Reforma Universitária de 1918 da Argentina.

Apesar das diferenças entre os modelos adotados, tanto no Brasil quanto na Argentina a internacionalização da educação superior é atravessada por tensões e contradições. Se, por um lado, amplia possibilidades de intercâmbio e produção colaborativa de conhecimento, por outro,

pode reforçar processos de subordinação epistemológica e dependência financeira em relação a agendas internacionais. A atuação das universidades públicas nesse cenário revela a disputa entre projetos distintos de universidade: um comprometido com a transformação social, a soberania científica e a integração regional, e outro alinhado às demandas do capital internacional e à mercantilização do conhecimento.

A comparação entre os processos de internacionalização da educação superior no Brasil e na Argentina evidencia, portanto, que a internacionalização não é um processo técnico ou neutro, mas profundamente político. As escolhas feitas pelos governos e pelas instituições refletem concepções divergentes de educação, ciência e sociedade. Enquanto o Brasil tem avançado em direção a uma internacionalização seletiva e subordinada, ancorada em critérios de competitividade e produtividade, a experiência argentina aponta alternativas baseadas na cooperação solidária, na integração latino-americana e na defesa da universidade pública como bem social.

Nesse contexto, programas como o Abdias Nascimento afirmam-se como políticas estratégicas para a democratização da internacionalização da pós-graduação, ao articular mobilidade acadêmica, equidade e formação crítica. A experiência de doutorado sanduíche realizada na Universidade Nacional de La Plata evidencia que é possível construir práticas de internacionalização comprometidas com a justiça social, com a valorização da diversidade e com a produção de conhecimento socialmente referenciado, contribuindo para a formação de pesquisadores críticos e para o fortalecimento de projetos acadêmicos transformadores no Brasil e na América Latina

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas ao longo deste trabalho permitiram compreender a internacionalização da educação superior não apenas como um conjunto de estratégias institucionais voltadas à inserção global das universidades, mas, sobretudo, como um processo social, político e formativo atravessado por desigualdades históricas e estruturais. A partir de um relato de experiência vivenciado na Universidad Nacional de La Plata, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento, este texto evidenciou que a mobilidade acadêmica internacional pode assumir sentidos distintos daqueles tradicionalmente associados à lógica da excelência, da competitividade e da meritocracia que marcam hegemonicamente as políticas de internacionalização no contexto contemporâneo.

Diferentemente de programas orientados prioritariamente por critérios de produtividade científica e posicionamento em rankings internacionais, o Programa Abdias Nascimento se insere em uma perspectiva de internacionalização comprometida com a equidade, a diversidade e a justiça social. Ao direcionar ações de mobilidade e cooperação acadêmica a estudantes historicamente sub-representados na Pós-graduação brasileira, o programa tensiona o caráter seletivo da internacionalização e aponta para a construção de trajetórias formativas que reconhecem as assimetrias raciais, regionais e sociais que estruturam o campo acadêmico.

A experiência de mobilidade na Argentina, articulada ao projeto “Desigualdades e travessias interculturais: ações integradas de ensino e pesquisa para qualificar a formação na pós-graduação em Educação”, revelou a potência das trocas interculturais para a ampliação de referenciais teóricos, metodológicos e políticos na formação pós-graduada. O contato com outros modos de organização universitária, tradições intelectuais e agendas de pesquisa permitiu problematizar concepções naturalizadas sobre produção de conhecimento, bem como fortalecer leituras críticas sobre as relações entre educação, Estado e desigualdade na América Latina.

Nesse sentido, a internacionalização vivenciada não se restringiu à circulação física entre instituições, mas constituiu-se como uma experiência formativa ampliada, marcada pelo diálogo entre contextos nacionais distintos, porém atravessados por desafios comuns. Brasil e Argentina compartilham históricos de expansão e massificação do ensino superior, disputas em torno do financiamento público e tensões entre projetos de universidade orientados pelo mercado e aqueles comprometidos com a função social da educação. A mobilidade acadêmica, nesse contexto, favoreceu a construção de análises comparadas e situadas, fundamentais para o aprofundamento crítico das pesquisas desenvolvidas na área da Educação.

Por fim, este relato de experiência reafirma a importância de políticas de internacionalização que ultrapassem a lógica instrumental e tecnocrática, reconhecendo a mobilidade acadêmica como direito formativo e estratégia de enfrentamento das desigualdades no interior da Pós-graduação. Ao evidenciar os impactos acadêmicos, políticos e subjetivos da experiência internacional no percurso formativo da pesquisadora, o texto contribui para o debate sobre modelos alternativos de internacionalização, mais sensíveis às realidades latino-americanas e comprometidos com a democratização do acesso à produção e circulação do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ABBA, María Julia; CORSETTI, Berenice. Contribuições para uma internacionalização da educação superior desde e para a América Latina: a experiência da UNILA e da ELAM. *Educação por Escrito*, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 181-200, 2016.

AUPETIT, Sylvie Didou. Introducción a la internacionalización de la educación superior y la ciencia en América Latina: un balance necesario. In: AUPETIT, Sylvie Didou; ESCOBAR, Víctor José (org.). *Internacionalización de la educación superior y la ciencia en América Latina y el Caribe: un estado del arte*. Caracas: UNESCO-IESALC, 2014. p. 135-174.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Transnacionalização e mercadorização da educação superior: examinando alguns efeitos colaterais do capitalismo acadêmico (sem riscos) no Brasil - a expansão privado-mercantil. *Revista Internacional de Educação Superior*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 86-102, 2015.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Edital nº 41/2017 - Programa Institucional de Internacionalização - CAPES-PrInt*. Brasília, 2017.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Programa Institucional de Internacionalização - CAPES-PrInt*. Brasília, 2023.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo; CABRAL NETO, Antônio. O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. *Revista Lusófona de Educação*, Lisboa, n. 21, p. 115-132, 2012.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Mudanças tecnológicas e suas implicações na política de formação de professores. *Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 49, p. 469-486, 2005.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Internacionalização da educação superior no Brasil: programas de indução à mobilidade estudantil. *Revista Internacional de Educação Superior*, Campinas, v. 2, n. 1, p. 118-137, 2016.

HUDZIK, John Kenneth. *Comprehensive internationalization: from concept to action*. Washington: NAFSA, 2011.

IESALC - Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe. *Declaração da CRES 2018*. Córdoba, 2018.

KNIGHT, Jane. *Higher education in turmoil: the changing world of internationalization*. Rotterdam: Sense Publishers, 2008.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, p. 20-28, 2002.

LEAL, Fernando Gonçalves; MORAES, Maria Célia Borges. Decolonialidade como epistemologia para o campo teórico da internacionalização da educação superior. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 26, n. 87, p. 1-23, 2018.

LEASK, Betty. *Internationalisation of the curriculum in action: a guide*. Canberra: Australian Government Office for Learning and Teaching, 2012.

LIMA, Manolita Correia; MARANHÃO, Carolina Machado Saraiva. O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva. *Revista de Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 14, n. 3, p. 583-610, 2009.

MARRARA, Thiago. Internacionalização da pós-graduação: objetivos, formas e avaliação. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, v. 4, n. 8, p. 245-262, 2007.

MAUÉS, Olgaíses Cabral; GUIMARÃES, André Rodrigues. A educação superior na esteira da internacionalização. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 35, n. 2, p. 307-328, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOROSINI, Marília Costa. Internacionalização da educação superior e integração acadêmica. *Conferências da UFRGS*, Porto Alegre, p. 6-12, 2017.

MOROSINI, Marília Costa. Internacionalização da educação superior: políticas e práticas. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 41, 2020.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Educação superior: universidade e o projeto de formação cidadã. *Educação*, Santa Maria, v. 36, n. 3, p. 465-482, 2011.

MOROSINI, Marília Costa et al. A internacionalização da educação superior no Brasil: o programa CAPES-PrInt e a cooperação acadêmica internacional. *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 13, n. 2, p. 1-18, 2024.

PERROTTA, Daniela. *La internacionalización de la universidad: debates globales, acciones regionales*. Buenos Aires: Ediciones UNGS, 2016.

PERROTTA, Daniela. El regionalismo y la educación superior: debates y tensiones en el MERCOSUR. *Crítica y Emancipación*, Buenos Aires: CLACSO, 2015.

RAMOS, Jorge Marcos; TAVARES, Sérgio Marcus Nogueira. Desconstrução e desfazimento do orçamento da educação pública no Brasil no período de 2018 a 2022. *Cadernos de Financiamento da Educação*, v. 12, 2023.

RAMOS, Vanessa. *Perfil e motivações dos estudantes participantes do Programa de Mobilidade Discente Internacional para a Graduação da UFMG*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2004.

STALLIVIERI, Luciane. *Estratégias de internacionalização das universidades brasileiras*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

| Submetido em: março de 2026
| Aprovado em: julho de 2026
| Publicado em: setembro de 2026